



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/12/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. OBRAS/REFORMA.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
2.2. COMARCAS.....	5 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	8 - 9
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	10
3.3. OBRAS/REFORMA.....	11 - 13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	14
4.2. COMARCAS.....	15 - 17
4.3. DECISÕES.....	18 - 19
4.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	20
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	21
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	22 - 27
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	28
7.2. COMARCAS.....	29 - 30
7.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	31
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CNJ.....	32 - 33
8.2. COMARCAS.....	34 - 35
8.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	36
8.4. SEM ASSUNTO.....	37

Pág. 3

DPE do Maranhão realiza última reunião institucional de 2012



➡ Defensor geral, Aldy Mello Filho, e corregedora Fabíola Barros

DPE do Maranhão realiza última reunião institucional de 2012

Defensor geral, Aldy Mello Filho, e corregedora Fabíola Barros na reunião da administração superior da DPE



A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado realizou a última reunião institucional este ano. O defensor geral do estado, Aldy Mello Filho, abriu os trabalhos destacando os dois eixos principais da atual política de gestão da DPE: o aumento do número de defensores e servidores e a valorização da carreira. "A demanda social pelos serviços da Defensoria exige dos gestores especial habilidade no encaminhamento dos pleitos e prudência e equilíbrio nas decisões. O aumento gradual do número de membros, a consolidação da política remuneratória e a capilaridade das nossas ações ainda são os principais desafios", ponderou.

Aldy Mello Filho informou sobre a aprovação da Lei nº 9.714, de 20 de novembro de 2012 e da Lei nº 9.715, de 20 de novembro de 2012, destacando o esforço da Administração Superior nas tratativas junto ao Poder Executivo e Legislativo.

"Tais conquistas são o resultado de um trabalho de dois anos e meio da gestão, aliado às ações de visibilidade pública da instituição e ao esforço individual de defensores e servidores", afirmou, agradecendo, ainda, aos defensores Werther Lima e Juliana Abreu pelo apoio técnico junto aos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente, na aprovação das leis.

O defensor geral fez uma retrospectiva da trajetória da Defensoria desde a sua criação. Destacou as dificuldades no reconhecimento da autonomia, a invisibilidade social e a baixa cobertura geográfica do órgão no estado. "A interiorização é o nosso grande divisor de águas. É o resultado concreto de nossa autonomia. Não tenho dúvida de que é um processo irreversível e que precisa continuar", destacou, lembrando, ainda, das cada vez mais frequentes solicitações do Poder Judiciário e da sociedade civil de abertura de

novas frentes de atuação no interior.

"Temos equilibrado o preenchimento de vagas na capital e no interior, e assim permanecerá até o final da gestão. Sempre cito como exemplo as inaugurações, em 2010, dos núcleos de Imperatriz e Açailândia, com 3 e 2 defensores respectivamente. Optamos por retomar o processo de interiorização antes de preencher as vagas criminais da capital. Com isso, tomamos fôlego, nomeamos todos os aprovados no concurso de 2009 e realizamos um novo concurso em 2011. Preenchemos todos os cargos vagos na carreira e, em 2012, já são 12 defensores em Imperatriz e 4 em Açailândia. Além disso, todas as varas criminais foram titularizadas e o núcleo de execução penal passou de 2 para 7 membros. Os resultados comprovam que tomamos as decisões corretas", sinalou.

Aldy Mello Filho destacou os esforços da Administração em garantir aos defensores e servidores condições adequadas de trabalho. "Nossos núcleos regionais possuem o mesmo padrão de qualidade. Os espaços são confortáveis e garantem um atendimento digno à população. Todos os núcleos possuem servidores da instituição. Considero um retrocesso encaminhar o defensor para atender em salas cedidas pelo Judiciário no interior. Apesar dos poucos recursos, inauguramos 5 núcleos só em 2012. Na audiência pública rea-

lizada para discutir o plano de ação apresentamos à sociedade o cronograma de entrega dos novos núcleos", lembrou, destacando a preocupação em dialogar e esclarecer ao público interno e à sociedade sobre todos os atos praticados pela gestão.

Na oportunidade, a corregedora Fabíola Almeida Barros, e a subdefensora, Mariana Albano de Almeida, agradeceram o reconhecimento dos colegas ao trabalho da Administração Superior. "Agradeço a todos que assinaram a moção de reconhecimento e aqueles que, mesmo sem assiná-la, manifestaram apoio à nossa gestão. Isso nos abastece e nos serve de estímulo a continuar trabalhando", afirmou Fabíola Barros. Já a subdefensora Mariana Albano de Almeida compartilhou com os servidores o gesto de apoio à Administração. "O trabalho é de equipe. Dividimos como nossos servidores o mérito das conquistas, que são de todos os defensores", ponderou.

De acordo com o defensor geral, os encontros atualizam os defensores acerca das atividades encaminhadas pela direção do órgão, além de servir como um espaço para troca de experiências e recebimento de sugestões. O planejamento e a execução das ações desenvolvidas no último biênio é fruto das discussões estabelecidas durante as reuniões institucionais realizadas na capital e no interior do estado.

Obras melhoram estrutura da Justiça no Estado

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) finalizou o primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior com serviços de construção, reforma, ampliação, manutenção e projetos em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais do Estado.

O relatório anual de atividades da Diretoria de Engenharia e Arquitetura destaca obras e serviços nos polos judiciais de São Luís, Pinheiro, Chapadinha, Santa Inês, Caxias e Imperatriz.

Segunda maior comarca do Estado, Imperatriz recebe serviços de terraplenagem do novo fórum - projetado para receber 50 juízes. A construção terá início no próximo ano.

As intervenções na estrutura física dos imóveis resultaram em melhoria na estrutura das sedes do Judiciário e nas condições da prestação jurisdicional na capital e no interior.

Fóruns com obras licitadas na gestão anterior estão sendo erguidos em Magalhães de Almeida, São Bernardo, Poção de Pedras, Riachão, Pio XII, São Francisco do Maranhão, Santa Rita e Santa Luzia do Paruá.

Novos fóruns estão

com projetos arquitetônico ou estrutural prontos para serem executados. É o caso de São Pedro da Água Branca, Presidente Dutra, Cidelândia, Vitorino Freire, Santa Helena, Açailândia e Imperatriz.

Com ações de reforma foram beneficiados 22 comarcas e, ainda, 14 juizados do polo judicial de São Luís. Nesse polo, o Tribunal de Justiça investiu R\$ 17.593.250,98 na reforma de 5.517m² de área operacional em varas, juizados, gabinetes de magistrados e setores administrativos e R\$ 860.457,77 em manutenção predial e pequenos serviços.

O fórum da capital foi uma das unidades que receberam serviços de adequação das instalações e obras complementares de instalação de forros, pisos, esquadrias e divisórias e do novo prédio anexo.

POLOS - Nos polos de Chapadinha, Pinheiro, Santa Inês e Caxias, foram mais 25 comarcas beneficiadas com intervenções de reforma. Em reformas emergenciais, nos fóruns de Poção de Pedras, Santa Quitéria e Balsas e nos imóveis históricos de propriedade do Tribunal, no centro da capital, o Judiciário investiu R\$ 4 milhões.

Em ações de manutenção predial foram feitos 688 atendimentos, que incluíram varas e juizados, projetos especiais e setores administrativos do Tribunal, Corregedoria e Escola da Magistratura (ESMAM).

A sede e os anexos administrativos do Tribunal de Justiça e Juizados especiais, gabinetes de desembargadores e Corregedoria respondem pelo maior número de solicitações de manutenção atendidas.

“Em 2013 pretendemos inaugurar, logo no início do ano, os serviços já prontos e construir vários fóruns em comarcas onde não há mais condições de funcionamento adequado. Também vamos dar continuidade aos serviços de reforma e manutenção de prédios do Judiciário na capital e no interior”, antecipa Guerreiro Júnior.

Na área administrativa, além do prédio-sede do TJMA e da Corregedoria, receberam melhorias na área de manutenção mais 20 unidades prediais: Casa Abrigo, Casa da Criança, anexos administrativos do centro e da Alemanha, Ouvidoria, creche Judith Pacheco, depósito judicial, serviço psicossocial e ESMAM.

No âmbito jurisdicional,

os serviços de manutenção contemplaram gabinetes dos desembargadores, centros judiciários de solução de conflitos, varas criminais, penal e especializadas e juizados especiais.

Nessas últimas unidades, a equipe de engenharia realizou a maioria dos atendimentos em manutenção civil, respondendo a 116 solicitações de magistrados e servidores. Os juizados dos bairros Renascença, Centro, Uema, Ceuma, Cest Coroadó, Anjo da Guarda, João de Deus, Maracanã e do Trânsito foram beneficiados com obras de reforma e ampliação.

O 12º Juizado Cível e das Relações de Consumo, localizada no campus Uema, foi um dos que recebeu o maior investimento na reforma de suas instalações: R\$ 187.695,26. Esse juizado rende aos bairros mais populosos da capital e teve toda a estrutura física revista e recuperada.

As intervenções em engenharia também incluíram 9 projetos de arquitetura para construção de novos fóruns; reforma e mobiliário de fóruns, varas e juizados; adequação de ambientes na sede e nos anexos administrativos; gabinetes de magistrados e serviços complementares.

DPE do Maranhão realiza última reunião institucional de 2012

A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado realizou a última reunião institucional este ano. O defensor geral do estado, Aldy Mello Filho, abriu os trabalhos destacando os dois eixos principais da atual política de gestão da DPE: o aumento do número de defensores e servidores e a valorização da carreira. "A demanda social pelos serviços da Defensoria exige dos gestores especial habilidade no encaminhamento dos pleitos e prudência e equilíbrio nas decisões. O aumento gradual do número de membros, a consolidação da política remuneratória e a capilaridade das nossas ações ainda são os principais desafios", ponderou.

Aldy Mello Filho informou sobre a aprovação da Lei nº 9.714, de 20 de novembro de 2012 e da Lei nº 9.715, de 20 de novembro de 2012, destacando o esforço da Administração Superior nas tratativas junto ao Poder Executivo e Legislativo. "Tais conquistas são o resultado de um trabalho de dois anos e

meio da gestão, aliado às ações de visibilidade pública da instituição e ao esforço individual de defensores e servidores", afirmou, agradecendo, ainda, aos defensores Werther Lima e Juliana Abreu pelo apoio técnico junto aos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente, na aprovação das leis.

O defensor geral fez uma retrospectiva da trajetória da Defensoria desde a sua criação. Destacou as dificuldades no reconhecimento da autonomia, a invisibilidade social e a baixa cobertura geográfica do órgão no estado. "A interiorização é o nosso grande divisor de águas. É o resultado concreto de nossa autonomia. Não tenho dúvida de que é um processo irreversível e que precisa continuar", destacou, lembrando, ainda, das cada vez mais frequentes solicitações do Poder Judiciário e da sociedade civil de abertura de novas frentes de atuação no interior.

"Temos equilibrado o preenchimento de vagas na capital e no interior, e assim

permanecerá até o final da gestão. Sempre cito como exemplo as inaugurações, em 2010, dos núcleos de Imperatriz e Açailândia, com 3 e 2 defensores respectivamente. Optamos por retomar o processo de interiorização antes de preencher as vagas criminais da capital. Com isso, tomamos fôlego, nomeamos todos os aprovados no concurso de 2009 e realizamos um novo concurso em 2011. Preenchemos todos os cargos vagos na carreira e, em 2012, já são 12 defensores em Imperatriz e 4 em Açailândia. Além disso, todas as varas criminais foram titularizadas e o núcleo de execução penal passou de 2 para 7 membros. Os resultados comprovam que tomamos as decisões corretas", assinalou.

Aldy Mello Filho destacou os esforços da Administração em garantir aos defensores e servidores condições adequadas de trabalho. "Nossos núcleos regionais possuem o mesmo padrão de qualidade. Os espaços são confortáveis e garantem um atendimento

digno à população. Todos os núcleos possuem servidores da instituição. Considero um retrocesso encaminhar o defensor para atender em salas cedidas pelo Judiciário no interior. Apesar dos poucos recursos, inauguramos 5 núcleos só em 2012. Na audiência pública realizada para discutir o plano de ação apresentamos à sociedade o cronograma de entrega dos novos núcleos", lembrou, destacando a preocupação em dialogar e esclarecer ao público interno e à sociedade sobre todos os atos praticados pela gestão.

Na oportunidade, a corregedora Fabíola Almeida Barros, e a subdefensora, Mariana Albano de Almeida, agradeceram o reconhecimento dos colegas ao trabalho da Administração Superior. "Agradeço a todos que assinaram a moção de reconhecimento e aqueles que, mesmo sem assiná-la, manifestaram apoio à nossa gestão. Isso nos abastece e nos serve de estímulo a continuar trabalhando", afirmou Fabíola Barros.

Justiça obriga município a pagar salários atrasados de servidores

A pedido do MPMA, a Justiça concedeu, em 19 de dezembro, medida liminar, determinando o bloqueio de 60% dos recursos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Monção (localizado a 244 km de São Luís), para o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais. **PÁGINA 3**

 MONÇÃO

Justiça obriga município a pagar salários atrasados de servidores

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu, em 19 de dezembro, medida liminar, determinando o bloqueio de 60% dos recursos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Monção (localizado a 244 km de São Luís), para o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais.

No prazo de 48 horas, o secretário de administração, chefe de setor pessoal ou chefe de gabinete da prefeitura

deve apresentar a folha de pagamento de todos os servidores municipais cujos salários estão atrasados, para que o pagamento seja providenciado.

O bloqueio das contas deve se estender pelo prazo necessário para a regularização de todos os vencimentos.

A decisão acolhe solicitação de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Marco Antonio Santos Amorim, que responde pela Comarca de Monção. Assinou a decisão a juíza Clécia

Pereira Monteiro.

Do mês de julho a outubro de 2012, os salários dos servidores municipais não foram pagos. Na ação, o promotor de justiça frisou que o município recebe regularmente os recursos do Governo Federal relativos ao FPM, Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Portanto, não existe razão para a inadimplência. "É evidente que o atraso decorre da má vontade da gestora de

Monção", disse Marco Antonio Amorim.

Em caso de descumprimento, será imposta ao município uma multa diária no valor de R\$ 5 mil. Está prevista ainda uma multa de R\$ 2 mil por dia de atraso se o Banco do Brasil, responsável pelas contas de Monção, não providenciar o bloqueio, para garantir o pagamento dos servidores.

Atualmente, a prefeita do município é Paula Francinete da Silva Nascimento, que vai deixar o cargo em janeiro.

GRAJAÚ: MPMA garante suspensão de procedimentos licitatórios

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu medida liminar, em 24 de dezembro, determinando que o Município de Grajaú se abstenha de realizar procedimentos licitatórios até o final do atual mandato, sem oferecer a devida publicidade prevista pela legislação.

A decisão acolhe pedido de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Carlos Róstão Martins Freitas, da Comarca de Grajaú. Assinou a decisão o juiz Hólide Cantanhede Barros.

Em caso de descumprimento, está previsto o pagamento de multa diária no valor de R\$ 10 mil e

a responsabilidade criminal do atual gestor.

Também foi solicitado que o atual prefeito e o presidente da Comissão Permanente de Licitação apresentem, no prazo de 48 horas, provas da divulgação e publicação dos editais das licitações, que ocorreriam no dia 24 de dezembro.

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública depois de receber denúncias de que a Prefeitura de Grajaú faria procedimentos licitatórios sem ter feito a publicidade dos editais.

O município de Grajaú fica localizado a 557km de São Luís.

JUSTIÇA

Centros de solução de conflitos começam a funcionar em janeiro

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Judiciário, desembargador José Luiz Almeida, pediu empenho dos 80 bacharéis em Direito que irão atuar, a partir do dia 21 de janeiro, como conciliadores nos quatro Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça, em São Luís.

"Precisamos do apoio efetivo de todos para o funcionamento dos centros, que têm como objetivo facilitar o acesso do cidadão à Justiça, com base na política proativa de conciliação, prática que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Estado", afirmou.

Os centros cumprem política do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atenderão partes interessadas em resolver conflitos antes do ajuizamento do processo (fase pré-processual) e também naqueles já em andamento. Eles irão atender juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e da família, promovendo audiências de conciliação e mediação.

CAPACITAÇÃO - Os 80 bacharéis em Direito que atuarão como conciliadores foram capacitados este mês pela Escola Superior da Magistratura

do Maranhão (ESMAM), em curso ministrado pelo juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo.

O curso teve carga horária de 44 horas, com aulas teóricas e práticas. A capacitação envolveu estudo de casos e resolução de situações-problema referentes aos conflitos evidenciados no cotidiano das varas e juizados.

Os desembargadores Lourival Serejo, José Bernardo, Paulo Velten, Froz Sobrinho e os juizes Manoel Aureliano Ferreira Neto e Marco Antonio Teixeira relataram as experiências sobre conciliação durante o curso.

Fernando Ribeiro, recém formado em Direito, participou do curso e diz que aprendeu bastante. "Foi um aprendizado muito importante, aumentou meus conhecimentos e quero ajudar a colocá-los em prática. Vamos contribuir no fortalecimento de uma cultura baseada na solução de conflitos", frisou.

Os Centros de Solução de Conflitos Judiciais irão funcionar no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), na rua do Egito e nas unidades do Uniceuma no Renascença II e Cohama.

CAMPANHA PAPAÍ NOEL / TJMA

Alunos recebem presentes de natal doados por servidores

O Natal foi mais feliz e farto este ano para um grupo de 127 alunos da Escola Municipal Justo Jansen (Rua Cândido Ribeiro, Centro). Eles receberam bicicletas, bonecas, carros, jogos e roupas de servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e da Corregedoria Geral da Justiça, que abraçaram a campanha Papai Noel dos Correios. A iniciativa também mobilizou magistrados e diretores do Judiciário.

A entrega simbólica dos presentes aos Correios foi feita pelo presidente do TJMA desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Foram adotadas 127 cartas, enviadas pelos estudantes da escola. A organização da campanha no âmbito do Tribunal e Corregedoria foi entregue à Assessoria de Comunicação do TJMA.

A entrega dos presentes foi marcada pela alegria dos alunos ao receberem Papai

Noel, que chegou de bicicleta ao pátio da escola. As irmãs Aline Marques, 10 anos, e Alice Marques, 8 anos - da Vila Dom Luís, no Anjo da Guarda - não cabiam de felicidade pelas duas bicicletas, e dividiram o momento com a mãe Ana Cristina Marques.

"Minhas filhas receberam o presente que sempre pediram, e que eu e o pai não tínhamos condições de comprar", disse emocionada.

Rafaele Macedo, 7 anos,

partilhou o contentamento com a mãe Natália Macedo. "Estou muito feliz porque Papai Noel atendeu minha cartinha e dos meus amigos", confessou.

A diretora Serligia Furtado Almeida, há 15 anos na Escola, disse que foi a primeira vez que o pedido daquela instituição foi atendido, depois de tentativas vãs em anos anteriores. "Foi uma boa surpresa ter as cartas atendidas e saber que muitas pessoas ainda são tomadas pelo espírito natalino", completou.

PEDRINHAS

Inaugurado anexo administrativo do CDP em SL



Secretário Sérgio Tamer em visita ao anexo administrativo do CDP de Pedrinhas

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inaugurou, na manhã de quarta-feira (26), o anexo administrativo do Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas, em São Luís. No novo prédio os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social.

A solenidade de inauguração contou com a presença de gestores da Sejap, representantes da Polícia Militar, do Tribunal de Justiça (TJ) e da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

De acordo com o secretário

de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, mesmo a prioridade do órgão sendo a abertura de vagas no sistema penitenciário, a Sejap não tem medido esforços para melhorar a estrutura nas unidades "A Secretaria está trabalhando para atender a Lei de Execução Penal (LEP) e criar um ambiente adequado para que sejam realizadas essas assistências é fundamental", destacou.

Segundo o diretor da unidade, Ideraldo Gomes, o novo prédio vem suprir uma neces-

sidade antiga do estabelecimento "A unidade passa a ter melhor estrutura administrativa e para a assistência aos internos. A partir de agora os trabalhos serão realizados mais rapidamente e com qualidade".

O superintendente de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, ressaltou a importância da humanização do sistema e revelou a construção de mais uma unidade administrativa "A necessidade da criação de mais ambientes como esse que estamos inaugurando hoje é indiscutível e a pretensão é que

a Casa de Detenção (Cadet) também ganhe uma unidade como essa em 2013", declarou.

Para o juiz Douglas de Melo Martins, da 2ª Vara de Execução Penal, a inauguração desse anexo é muito bem vinda. "Não se promove reinserção social sem ambiente adequado. É preciso que os serviços que colaboram com essa reinserção funcionem com qualidade e com esse novo prédio isso será possível", ressaltou.

A solenidade de inauguração do anexo administrativo foi encerrada com a apresentação do Coral Plenitude que é composto por internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas.

Estrutura-Para a construção do prédio, que possui dois andares, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) investiu cerca de R\$ 500 mil reais.

As salas para serviço social, psiquiátrico, atendimento odontológico e todos os serviços destinados à saúde do interno funcionam no primeiro pavimento do prédio. Já o setor administrativo e os setores de cartório, área jurídica, serviços da Defensoria Pública do Estado (DPE) funcionam no segundo pavimento.

03

POLÍTICA

Obras melhoram estrutura da Justiça no Estado do MA



Guerreiro Júnior anuncia novos serviços para o próximo ano

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) finalizou o primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior com serviços de construção, reforma, ampliação, manutenção e projetos em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais do Estado.

Obras melhoram estrutura da Justiça no Estado do MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) finalizou o primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior com serviços de construção, reforma, ampliação, manutenção e projetos em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais do Estado.

O relatório anual de atividades da Diretoria de Engenharia e Arquitetura destaca obras e serviços nos polos judiciais de São Luís, Pinheiro, Chapadinha, Santa Inês, Caxias e Imperatriz.

Segunda maior comarca do Estado, Imperatriz recebe serviços de terraplenagem do novo fórum - projetado para receber 50 juizes. A construção terá início no próximo ano.

As intervenções na estrutura física dos imóveis resultaram em melhoria na estrutura das sedes do Judiciário e nas condições da prestação jurisdicional na capital e no interior.

Fóruns com obras licitadas na gestão anterior estão sendo erguidos em Magalhães de Almeida, São Bernardo, Poção de Pedras, Riachão, Pio XII, São Francisco do Maranhão, Santa Rita e Santa Luzia do Paruá.

Novos fóruns estão com projetos arquitetônico ou estrutural prontos para serem executados. É o caso de São Pedro da Água Branca, Presidente Dutra, Cidelândia, Vitorino Freire, Santa Helena, Açailândia e Imperatriz.

Com ações de reforma foram beneficiados 22 comarcas e, ainda, 14 juizados do polo judicial de São Luís. Nesse polo, o Tribunal de Justiça investiu R\$ 17.593.250,98 na reforma de 5.517m² de área operacional em varas, juizados, gabinetes de magistrados e setores administrativos e R\$ 860.457,77 em manutenção predial e pequenos serviços.

O fórum da capital foi uma das unidades que receberam

serviços de adequação das instalações e obras complementares de instalação de forros, pisos, esquadrias e divisórias e do novo prédio anexo.

POLOS - Nos polos de Chapadinha, Pinheiro, Santa Inês e Caxias, foram mais 25 comarcas beneficiadas com intervenções de reforma. Em reformas emergenciais, nos fóruns de Poção de Pedras, Santa Quitéria e Balsas e nos imóveis históricos de propriedade do Tribunal, no centro da capital, o Judiciário investiu R\$ 4 milhões.

Em ações de manutenção predial foram feitos 688 atendimentos, que incluíram varas e juizados, projetos especiais e setores administrativos do Tribunal, Corregedoria e Escola da Magistratura (ESMAM).

A sede e os anexos administrativos do Tribunal de Justiça e Juizados especiais, gabinetes de desembargadores e Corregedoria respondem pelo maior número de solicitações de manu-



Guerreiro Júnior fala de obras do Judiciário e anuncia novos serviços para o próximo ano

tenção atendidas.

"Em 2013 pretendemos inaugurar, logo no início do ano, os serviços já prontos e construir vários fóruns em comarcas onde não há mais condições de funcionamento adequado. Também vamos dar continuidade aos serviços de reforma e manutenção de prédios do Judiciário na capital e no interior", antecipa Guerreiro Júnior.

Na área administrativa, além do prédio-sede do TJMA e da Corregedoria, receberam melhorias na área de manutenção mais 20 unidades prediais: Casa Abrigo, Casa da Criança, anexos administrativos do centro e da Alemanha, Ouvidoria, creche Judith Pacheco, depósito judicial, serviço psicossocial e ESMAM.

No âmbito jurisdicional, os serviços de manutenção contemplaram gabinetes dos desembargadores, centros judiciários de solução de conflitos, varas criminais, penal e especializadas e juizados especiais.

Nessas últimas unidades, a equipe de engenharia realizou a maioria dos atendimentos em manutenção civil, respondendo a 116 solicitações de magistrados e servidores. Os juizados dos bairros Renascença, Centro, Uema, Ceuma, Cest'Coroadado, Anjo da Guarda, João de Deus, Maracanã e do Trânsito foram beneficiados com obras de reforma e ampliação.

O 2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, localizado no campus Uema, foi um dos que recebeu o maior investimento na reforma de suas instalações: R\$ 187.695,26. Esse juizado atende aos bairros mais populosos da capital e teve toda a estrutura física revista e recuperada.

As intervenções em engenharia também incluíram 98 projetos de arquitetura para construção de novos fóruns; reforma e mobiliário de fóruns, varas e juizados; readequação de ambientes na sede e nos anexos administrativos; gabinetes de magistrados e serviços complementares.

DPE faz avaliação de ações realizadas durante este ano

Defensor Aldy Mello Filho destacou a atual política de gestão na capital e no interior

A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado realizou a última reunião institucional este ano. O defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, abriu os trabalhos destacando os dois eixos principais da atual política de gestão da DPE: o aumento do número de defensores e servidores e a valorização da carreira.

"A demanda social pelos serviços da Defensoria exige dos gestores especial habilidade no encaminhamento dos pleitos e prudência e equilíbrio nas decisões. O aumento gradual do número de membros, a consolidação da política remuneratória e a capilaridade das nossas ações ainda são os principais desafios", afirmou.

Aldy Mello Filho informou sobre a aprovação da Lei nº 9.714, de 20 de novembro de 2012 e da Lei nº 9.715, de 20 de novembro de 2012, destacando o esforço da Administração Superior nas tratativas junto ao Poder Executivo e Legislativo. "Tais conquistas são o resultado de um trabalho de dois anos e meio da gestão, aliado às ações de visibilidade pública da instituição e ao esforço individual de defensores e servidores", afirmou, agradecendo, ainda, aos defensores Werther Lima e Juliana Abreu pelo apoio técnico junto aos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente, na aprovação das leis.

O defensor-geral fez uma retrospectiva da trajetória da Defensoria desde a sua criação. Destacou as dificuldades no reconhecimento da autonomia, a invisibilidade social e a baixa cobertura geográfica do órgão no estado. "A interiorização é o nosso grande divisor de águas. É o resultado concreto de nossa autonomia. Não tenho dúvida de que é um processo irreversível e que precisa continuar", destacou, lembrando, ainda, das cada vez



Divulgação

Reunião da administração superior da Defensoria Pública do Estado

mais frequentes solicitações do Poder Judiciário e da sociedade civil de abertura de novas frentes de atuação no interior.

"Temos equilibrado o preenchimento de vagas na capital e no interior, e assim permanecerá até o final da gestão. Sempre cito como exemplo as inaugurações, em 2010, dos núcleos de Imperatriz e Açailândia, com 3 e 2 defensores respectivamente. Optamos por retomar o processo de interiorização antes de preencher as vagas criminais da capital. Com isso, tomamos fôlego, nomeamos todos os aprovados no concurso de 2009 e realizamos um novo concurso em 2011. Preenchemos todos os cargos vagos na carreira e, em 2012, já são 12 defensores em Imperatriz e 4 em Açailândia. Além disso, todas as varas criminais foram titularizadas e o núcleo de execução penal passou de 2 para 7 membros. Os resultados comprovam que tomamos as decisões corretas", assinalou.

Núcleos - Aldy Mello Filho destacou os esforços da administração em garantir aos defensores e servidores condições adequadas de trabalho. "Nossos núcleos regionais possuem o mesmo padrão de qualidade. Os espaços

Mais

De acordo com o defensor-geral Aldy Mello Filho, os encontros atualizam os defensores acerca das atividades encaminhadas pela direção do órgão, além de servir como um espaço para troca de experiências e recebimento de sugestões. O planejamento e a execução das ações desenvolvidas no último biênio é fruto das discussões estabelecidas durante as reuniões institucionais realizadas na capital e no interior do estado.

são confortáveis e garantem um atendimento digno à população. Todos os núcleos têm servidores da instituição. Considero um retrocesso encaminhar o defensor para atender em salas cedidas pelo Judiciário no interior. Apesar dos poucos recursos, inauguramos 5 núcleos só este ano. Na audiência pública realizada para discutir o plano de ação apresentamos à sociedade o cronograma de entrega dos novos núcleos", lembrou, destacando a preocupação em dialogar e esclarecer ao público interno e à sociedade sobre todos os atos praticados pela gestão.

“A 2ª Vara está sem titular desde que o juiz Clésio Cunha Lima foi transferido”

Juízes I

A Justiça Estadual em Caxias não está conseguindo atender a população a contento. Das cinco Varas existentes, apenas três estão em funcionamento. Duas estão sem juiz. A 2ª Vara está sem titular desde que o juiz Clésio Cunha Lima foi transferido.

Juízes II

O juiz da Vara de Execuções Penais, Lúcio Vale, por exemplo, está em férias e quando retornar deverá ser transferido para a capital maranhense por causa da sua promoção, deixando dessa forma mais um vácuo na Justiça do município de Caxias.

Juízes III

O número pequeno de juízes não tem sido suficiente para atender a demanda de processos instaurados na Justiça caxiense. A estrutura do prédio não condiz com as necessidades. Seria necessário que os caxienses ganhassem melhor atendimento.

Rápida

Determinação

ALDEIAS ALTAS - A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP), a Justiça proferiu sentença, condenando o Município de Aldeias Altas a concluir a reforma da Unidade de Ensino Antonieta Castelo Branco, no prazo de 60 dias. A

decisão judicial acolhe solicitação da Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo promotor de Justiça Fábio Meneses de Miranda, da Comarca de Caxias. A sentença foi assinada pelo juiz Antônio Manoel Araújo Velôzo. Localizada a 398km de São Luís, Aldeias Altas é termo judiciário da comarca. Entre os

benefícios que a reforma deve proporcionar estão instalações sanitárias adequadas, fornecimento de água de qualidade e climatização adequada nas salas e demais dependências da escola. Em caso de desobediência, foi fixada uma multa diária de R\$ 1 mil até o limite de R\$ 60 mil.

Município é obrigado a pagar salário atrasado

MONÇÃO - A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP), a Justiça concedeu, em 19 deste mês, medida liminar, determinando o bloqueio de 60% dos recursos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Monção (localizado a 244km de São Luís), para o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais.

No prazo de 48 horas, o secretário de Administração, chefe de setor pessoal ou chefe de gabinete da Prefeitura deve apresentar a folha de pagamento de todos os servidores municipais cujos salários estão atrasados, para que o pagamento seja providenciado.

O bloqueio das contas deve se estender pelo prazo necessário para a regularização de todos os vencimentos. A decisão acolhe solicitação de Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo promotor de Justiça Marco Antonio Santos Amorim, que responde pela Comarca de Monção. A juíza Clécia Pereira Monteiro assinou a decisão.

Ação - Do mês de julho a outubro de 2012, os salários dos servidores municipais não foram pagos. Na ação, o promotor de Justiça frisou que o Município recebe regularmente os recursos do Governo Federal relativos ao FPM, Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Portanto, não existe razão para a inadimplência. "É evidente que o atraso decorre da má vontade da gestora de Monção", disse Marco Antonio Amorim.

Em caso de descumprimento, será imposta ao Município uma multa diária no valor de R\$ 5 mil. Está prevista ainda uma multa de R\$ 2 mil por dia de atraso se o Banco do Brasil, responsável pelas contas de Monção, não providenciar o bloqueio, para garantir o pagamento dos servidores. Atualmente, a prefeita do município é Paula Francinete da Silva Nascimento, que vai deixar o cargo em janeiro.

Justiça manda a Prefeitura desocupar a Morada Histórica

O Tribunal de Justiça determinou que a Prefeitura de São Luís desocupe o prédio no Centro Histórico. **Cidades 2**

Prefeitura é condenada na Justiça a desocupar a Morada Histórica

Imóvel na Rua Afonso Pena foi abandonado desde 2010 pelo Município, que deixou de pagar o aluguel e fazer a manutenção da casa, deixando-a em condições precárias

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ) condenou a Prefeitura de São Luís a desocupar o prédio da Morada Histórica, na Rua Afonso Pena, 213, no Centro Histórico. O imóvel foi alugado para abrigar um museu, mas há dois anos o proprietário do imóvel entrou com uma ação na Justiça contra a Prefeitura porque deixou de receber o valor do aluguel. Atualmente, o prédio construído no século XIX está em condições precárias.

Em fevereiro de 2003, a Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Cultura (Func), firmou um contrato com Rosalino Costa Ferreira de aluguel de um casarão conhecido como Solar dos Pinheiros Costa, na Rua Afonso Pena, para a instalação de um museu que traduzisse o visual das moradas ludovicenses da segunda metade do século XVIII.

A Morada Histórica foi aberta ao público em novembro do mesmo ano, mas desde 2010 a Prefeitura deixou de cumprir os compromissos firmados no contrato. "Por causa disso tive de vender alguns objetos pessoais para poder manter a casa. Os objetos pertencentes à Prefeitura, que ficavam em exposição, estão guardados no depósito da casa até que o Município venha buscá-los", informou Rosalino Costa Ferreira, proprietário do imóvel.

Segundo o contrato, o aluguel do prédio vigoraria por cinco anos, e o valor mensal a ser pago era de R\$ 3 mil. No contra-



Fotos/Flora Dolores

Teto da Morada Histórica está deteriorado e o revestimento de azulejos do salão de banho caiu

Mais

A Morada Histórica foi projetada em 1858 por João Francisco Gonçalves (proprietário) e José Joaquim da Silva Machado e, posteriormente, reformada por Heráclito Vespasiano Ramos (irmão do poeta Joaquim Vespasiano Ramos) e por Filinto de Jesus Costa, na década de 1920, que deu a forma atual da casa.

to de aluguel, consta ainda que o imóvel deveria passar por uma reforma, que custaria R\$ 47 mil, divididos entre a Prefeitura e o proprietário, sendo a parte de Rosalino Costa descontada mensalmente do valor do aluguel, o que foi comprovado por ele. A Func ficou responsável por zelar pelo imóvel, pagar água, luz, IPTU, e ao fim do contrato, que poderia ser renovado por mais cinco anos, o casarão seria entregue em perfeitas condições ao proprietário.

Briga judicial - Após dois anos de briga judicial, na sexta-feira, dia 21, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, sentenciou a Prefeitura a fazer o pagamento dos aluguéis atrasados no valor de R\$ 53.988,60, do IPTU, no valor de R\$ 112.252,42, das contas de água no montante de R\$ 9.600,24, além de multa contratual de R\$ 9.527,40. O juiz estipulou ainda prazo de 15 dias para a Prefeitura desocupar o imóvel. "O imóvel foi abandonado

pela Func. O Município simplesmente não cumpriu o papel dela, que era de zelar pelo casarão", reclamou o proprietário.

Hoje, o prédio onde funciona a Morada Histórica está com o teto deteriorado. O forro de madeira, que foi construído em 1920, está com peças quebradas em diversos pontos, além de corroído por causa da umidade, e em um dos cômodos um lustre desabou. As paredes estão rachadas, o revestimento de azulejos do salão de banho caiu, o mobiliário da casa está avariado e a segurança do prédio está sendo feita pelo proprietário da casa, que mora nos fundos do imóvel com a esposa.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís, mas até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi enviada.

Sejap inaugura anexo da UPR em Imperatriz com 160 novas vagas

Detentos que estão cumprindo pena na capital serão levados para o novo prédio

IMPERATRIZ - Será inaugurado hoje o prédio anexo da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz, com capacidade para 160 presos. A obra faz parte da política de construção, ampliação, restauração e adaptação de unidades carcerárias da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A nova estrutura tem 30 celas, cada uma com capacidade para oito internos. Do total, 10 serão destinadas para encontros íntimos e 20 aos apenados. De acordo com o secretário Sérgio Tamer, o novo prédio vai garantir a transferência de presos de São Luís pa-

ra Imperatriz. "Com o anexo entregue, encarcerados de Imperatriz que estão na capital vão cumprir a pena na cidade onde seus familiares residem".

A transferência dos internos para a região de origem atende à Lei de Execução Penal (LEP) e cumpre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Sejap, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. "Nós vamos chegar ao final do ano com a abertura destas 160 vagas cumprindo o TAC", disse o secretário.

O superintendente de Execuções Penais do Interior, Afrânio Feitosa, contou que, com a inauguração do anexo da UPR de Imperatriz, o estabelecimento aumentará a sua capacidade para 320 apenados. Para o superintendente de Justiça, Wellington Filho, com a unidade entregue,

os presos que estão na delegacia da cidade, também, serão transferidos, diminuindo o problema. O superintendente antecipou ainda que, em breve, será inaugurado o presídio de Imperatriz, que terá 210 vagas.

Transferência - Ainda ontem, o delegado regional em exercício de Imperatriz autorizou a transferência de 23 presos da carceragem local para a delegacia de Davinópolis. O procedimento foi feito após a fuga de seis detentos, ocorrida terça-feira (25), dos quais cinco foram recapturados ainda nas imediações do prédio da unidade policial.

A transferência dos presos de Imperatriz para Davinópolis foi feita por meio de uma grande operação conjunta das polícias Civil e Militar da região, além de agentes da Secretaria

da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap). Entre os transferidos a maioria é assaltante, traficante de drogas e apenas um homicida.

Na lista de transferidos estão André Silva Ferreira; Cícero Francisco dos Santos; Francisco Rafael Oliveira Silva; Jhonatas Sousa Santos; Mayron Kevim do Nascimento; Erisvaldo Macário Leite de Oliveira; Francisco Israel Alves da Silva; Alisonelio de Sousa; Antônio Jeferson da Silva Lima e Augusto Ferreira da Silva.

Também completam o grupo Ismael de Oliveira; Rafael Sousa Silva; Wanderson Bruno Campos; Dorivan da Costa Sousa; Rafael Sousa Belfort; Edmar Gomes de Sousa; Geilson Nascimento de Paula; Alan da Silva Lobão; Magno Natã Sousa; Adoan da Silva Vargas; Clodomir da Silva; Leis dos Santos e Walter Ribeiro de Abreu.

IMPERATRIZ

Anexo de Unidade Prisional será inaugurado hoje

Será inaugurado, nesta sexta-feira (28), o prédio anexo da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz. Com capacidade para 160 novas vagas, a obra faz parte da política de construção, ampliação, restauração e adaptação de unidades carcerárias da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A nova estrutura possui 30 celas, sendo cada uma com capacidade para oito internos. Do total, 10 serão destinadas para encontros íntimos e 20 aos apenados. De acordo com o secre-

tário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o novo prédio vai garantir a transferência de presos de São Luís para Imperatriz. "Com o anexo entregue, encarcerados de Imperatriz que estão na capital vão cumprir a pena na cidade onde seus familiares residem".

A transferência dos internos para a região de origem atende a Lei de Execução Penal (LEP) e cumpre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Sejap, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. "Nós vamos chegar ao

final do ano com a abertura destas 160 vagas cumprindo o TAC", disse o secretário.

O superintendente de Execuções Penais do Interior, Afrânio Feitosa, contou que, com a inauguração do anexo da UPR de Imperatriz, o estabelecimento aumentará o total de vagas para 320.

■ DECRETO

OITENTA PRESAS DEVEM SER BENEFICIADAS COM INDULTO

Oitenta presas do Maranhão devem ser favorecidas pelo decreto da Presidência da República e terão suas penas reduzidas por bom comportamento.

URBANO 2



SERÃO PERDOADAS?

No Maranhão, 80 detentas de programas de ressocialização no sistema penitenciário poderão ser beneficiadas pelo indulto presidencial, tendo as penas reduzidas ou extintas.

URBANO 2

■ SISTEMA CARCERÁRIO

À espera do perdão

Decreto presidencial prevê indulto – redução ou extinção de pena – às detentas que cumprirem critérios. No Maranhão, 80 presas podem ser beneficiadas

SANDRA VIANA

Os detentos que saíram dos presídios para passar o Natal com familiares retornaram ontem, às 18h. O quantitativo de presos que cumpriram a volta será divulgado hoje, quando a 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) tiver recebido os relatórios oficiais das diretorias dos presídios no estado e repassado à Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). É esperada ainda a divulgação do número de detentos mortos em decorrência de brigas e rixas, que ao sair da cadeia são ‘cobradas’ pelos desafetos.

Ano passado, 133 detentos ti-

veram a concessão para saída temporária, sendo que, destes, 17 não retornaram, dentre os quais, três eram de presídios no interior do estado. Segundo a Sejap, cerca de 10% dos detentos beneficiados não retornam às prisões. A saída temporária é concedida cinco vezes por ano: Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Ano Novo. O benefício pode levar o preso a conseguir o perdão da pena (indulto). Neste ano, 177 presos, sendo nove mulheres, foram beneficiados com a saída temporária. A saída ocorreu dia 20 em acordo com a portaria de nº 140/2012 e concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP),

Jamil Aguiar.

Indulto a detentas

Mulheres que cumprem penas serão favorecidas pelo decreto da Presidência da República, que prevê indulto natalino àquelas que reunirem os critérios exigidos. O indulto é um perdão das penas e vai beneficiar detentas que possuem bom comportamento e já tenham cumprido parte da condenação. No Maranhão, cerca de 80 detentas integram programas de ressocialização no sistema penitenciário e poderão ser atingidas pelas novas normas. O decreto foi assinado pela presidente Dilma Rousseff na



A participação em atividades de ressocialização, como o Coral Deus Conosco, da Penitenciária de Pedrinhas, abre caminho para o indulto, que observará vários critérios

10%

é percentual de detentos beneficiados com saídas temporárias que não retornam às prisões, diz a Sejap

última segunda-feira.

Terão direito ao benefício as mulheres que já cumpriram um quarto da pena e tenham cometido crimes sem violência ou grave ameaça. Como exemplos, estão os crimes de furto ou porte de arma irregular. O indulto também valerá neste ano para quem cometeu pequenos furtos. Estão na lista do benefício aquelas detentas que comprovarem a necessidade de cuidar dos filhos menores de 12 anos. O indulto também pode ser concedido para detentas que possuírem filhos nessa faixa etária, com deficiência mental, física, auditiva ou visual.

A mudança vai beneficiar presas condenadas a penas de até quatro anos de prisão por crimes contra o patrimônio, sem violência grave ou ameaça e com prejuízo de até um salário mínimo. O indulto chegará ainda às que cumpriram pelo menos três meses da pena. Só não valerá às que tenham cometido crimes considerados hediondos. A reportagem procurou o juiz da Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar, por telefone pessoal, durante toda a tarde, mas não foi encontrado para prestar informações.

Detentos

As regras para receber o indulto continuam as mesmas de 2011 aos demais presidiários. Para ter o indulto, o detento não pode ter sido condenado por crime hediondo; deve ter cumprido pelo menos um terço da pena, sendo parte dela em regime fechado ou semiaberto; e apresentar bom comportamento. O perdão também vale para presos com deficiência física e mental, que tenham cumprido as condições.

Política para encarceradas

A proposta do indulto natalino às presidiárias foi formulada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O grupo estuda políticas públicas para mulheres encarceradas e crianças nascidas em situação de encarceramento, que ficam com suas mães nos presídios. Ano passado, a extinção de pena foi concedida para cerca de 4,5 mil presidiários em todo o país, de acordo com o CNJ.

SAIBA MAIS

Diferenças essenciais

O indulto natalino não se confunde com a saída de final de ano. O indulto é um perdão da pena concedido pelo Estado. No final do ano, por meio de decreto, a Presidência da República publica os critérios de concessão do indulto. Compete somente ao Presidente da República conceder tal benefício, sendo que este pode delegar atribuições para concessão ao Ministro da Justiça, ao Procurador Geral da República ou ao Advogado Geral da União. No Brasil, a concessão do indulto acontece no Natal pelo fato de que a justiça tem em mente que nesta data a sociedade está envolvida em um espírito maior de fraternidade. Dessa forma, tende a facilitar a recepção do indivíduo que acabou de sair da prisão.

Já a saída temporária é concedida ao preso que cumpre pena em regime semi-aberto e que até a data da saída tenha cumprido um sexto da pena total se for primário, ou um quarto se for reincidente. Este deve ter boa conduta carcerária, pois o juiz, antes de conceder a saída temporária, consulta os diretores do presídio. Na saída temporária, como o próprio termo diz, o preso tem dia para sair e para retornar ao presídio, caso não o faça, regride em seu regime e perde os benefícios que possa ter conseguido. Neste caso, o próprio diretor geral do presídio encaminha ao juiz a relação dos presos que têm direito à saída temporária. O pedido pode ser feito pelo advogado do detento, diretamente ao juiz.

Detentos de UPR celebram

Detentos da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal celebraram o Natal, de 19 a 21, com ceias e cultos promovidos e incentivados pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). A festa, marcada por muita alegria, contou com a presença de familiares dos detentos. O diretor do Estabelecimento Penal, José Ribamar Pereira Campos, disse que o momento de descontração reforçou os trabalhos de ressocialização.

Na sexta-feira, os filhos dos detentos receberam presentes, com uma festa regada a picolés e pipocas. "Foi um dia emocionante, as crianças deram um novo clima para o local", comentou José Ribamar Pereira Campos. A confraternização natalina dos internos contou com recursos do Funpen e contribuições voluntárias. O chefe da assessoria de planejamento da Sejap, Bruno Polary, reforçou a necessidade de trabalhar a ressocialização dos internos. "São ações que proporcionam um ambiente mais humanizado".

■ SISTEMA CARCERÁRIO

Sejap fecha 2012 com saldo positivo em ressocialização

A Secretaria de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) fechou o ano de 2012 com saldo positivo no âmbito da ressocialização de detentos do sistema carcerário maranhense. Ao todo, foram mais de oito parcerias que propiciaram emprego e cursos profissionalizantes a mais de 200 internos.

Todas as ações de ressocialização têm como objetivo principal o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP), cujo intuito é a reinserção do preso no meio social. Previsto na LEP, o processo de ressocialização do interno acontece mediante as ações de saúde, educação, religiosa, social, psicológica e outras.

O secretário estadual de Justiça e da Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, reforçou que a palavra chave para que essa política seja posta em prática é "parceria". "Em virtude das parcerias com o poder judiciário, Ministério Público e outros órgãos seja público ou privado, é que esses trabalhos de reintegração social acontecem", ressaltou o secretário.

Cursos e empregos

Devido à parceria da Sejap com Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e a Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), mais de 50 internos do sistema prisional foram contemplados com cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas. Todos adentraram



HONÓRIO MOREIRA/IMPÍDIO A PRESS

O secretário Sérgio Tamer

ao mercado de trabalho.

O presídio feminino também foi alvo da política de ressocialização. No local, foram ofertados inúmeros cursos de capacitação profissional. Dentre os quais o de corte e costura, cozinha, cabeleireira e outros. Cerca de 80 internas foram contempladas e muitas delas tem o próprio negócio.

Parcerias com empresas privadas como é o caso da "O Ciclismo", a Sejap desenvolveu o projeto "Raiar da Liberdade no Presídio São Luís, algo que resultou em uma oportunidade de emprego e renda a mais de 40 internos daquela unidade. O programa já vinha beneficiando internos de unidades carcerárias de Imperatriz, onde, através da empresa "Bodim", mais de 60 internos já trabalhavam como montador de bicicletas.

Saúde

As ações no setor de saúde do sis-

tema penitenciário têm sido constantes. A mais recente foi o convênio firmado entre a Sejap e o Departamento Penitenciário Nacional para a edificação de uma unidade Materno - Infantil no presídio Feminino. Para reforçar os trabalhos no âmbito da saúde, a Sejap fechou parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) para oferecer atendimento odontológico e clínico por meio da Unidade Móvel de Saúde. Os atendimentos são realizados nos estabelecimentos penais.

Outra ação na área de saúde, promovida pela Sejap com apoio da SES, foi a de distribuição de preservativos e entrega de material educativo a detentos e familiares destes no dia 1º de dezembro, da que foi instituída como o Dia Internacional de Combate a Aids. Ao todo, mais de 180 encarcerados são atendidos, diariamente, em todas as unidades prisionais do Maranhão. Só no Núcleo de Atenção à Saúde da Penitenciária de Pedrinhas, mais de 50 presos são recebidos, todos os dias, nos mais variados setores de saúde disponíveis.

Educação

No âmbito da educação, a Sejap celebrou convênio com a Secretaria de Estado da Educação para elaboração do Plano de Educação Estadual nas Prisões. Ao todo, essa ação beneficia 351 apenados do sistema penitenciário do Maranhão. O documento detalha alvos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola.

Outras ações nas áreas das assistências religiosa resultaram na diminuição considerável do quantitativo de presos provisórios.

São Luís

DPE do Maranhão realiza última reunião institucional de 2012



Defensor geral, Aldy Mello Filho, e corregedora Fabíola Barros na reunião da administração superior da DPE

A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado realizou a última reunião institucional este ano. O defensor geral do estado, Aldy Mello Filho, abriu os trabalhos destacando os dois eixos principais da atual política de gestão da DPE: o aumento do número de defensores e servidores e a valorização da carreira. "A demanda social pelos serviços da Defensoria exige dos gestores especial habilidade no encaminhamento dos pleitos e prudência e equilíbrio nas decisões. O aumento gradual do número de membros, a consolidação da política remuneratória e a capilaridade das nossas ações ainda são os principais desafios", ponderou.

Aldy Mello Filho informou sobre a aprovação da Lei nº

9.714, de 20 de novembro de 2012 e da Lei nº 9.715, de 20 de novembro de 2012, destacando o esforço da Administração Superior nas tratativas junto ao Poder Executivo e Legislativo. "Tais conquistas são o resultado de um trabalho de dois anos e meio da gestão, aliado às ações de visibilidade pública da instituição e ao esforço individual de defensores e servidores", afirmou, agradecendo, ainda, aos defensores Werther Lima e Juliana Abreu pelo apoio técnico junto aos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente, na aprovação das leis.

O defensor geral fez uma retrospectiva da trajetória da Defensoria desde a sua criação. Destacou as dificuldades no reconhecimento da

autonomia, a invisibilidade social e a baixa cobertura geográfica do órgão no estado. "A interiorização é o nosso grande divisor de águas. É o resultado concreto de nossa autonomia. Não tenho dúvida de que é um processo irreversível e que precisa continuar", destacou, lembrando, ainda, das cada vez mais frequentes solicitações do Poder Judiciário e da sociedade civil de abertura de novas frentes de atuação no interior.

"Temos equilibrado o preenchimento de vagas na capital e no interior, e assim permanecerá até o final da gestão. Sempre cito como exemplo as inaugurações, em 2010, dos núcleos de Imperatriz e Açailândia, com 3 e 2 defensores respectivamente. Optamos por retomar o processo de interiorização antes de preencher as vagas criminais da capital. Com isso, tomamos fôlego, nomeamos todos os aprovados no concurso de 2009 e realizamos um novo concurso em 2011. Preenchemos todos os cargos vagos na carreira e, em 2012, já são 12 defensores em Imperatriz e 4 em Açailândia. Além disso, todas as varas criminais foram titularizadas e o núcleo de execução penal passou de 2 para 7 membros. Os resultados comprovam que tomamos as decisões corretas", assinalou.

Aldy Mello Filho destacou os esforços da Administração em garantir aos defensores e servidores condições adequadas de trabalho. "Nossos núcleos regionais possuem o mesmo padrão de qualidade. Os espaços são confortáveis e garantem um atendimento digno à população. Todos os núcleos possuem servidores da instituição. Considero um retrocesso encaminhar o defensor para atender em salas cedidas pelo Judiciário no interior. Apesar dos poucos recursos, inauguramos 5 núcleos só em 2012. Na audiência pública realizada para discutir o plano de ação apresentamos à sociedade o cronograma de entrega dos novos núcleos", lembrou, destacando a preocupação em dialogar e esclarecer ao público interno e à sociedade sobre todos os atos praticados pela gestão.

Na oportunidade, a corregedora Fabíola Almeida Barros, e a subdefensora, Mariana Albano de Almeida, agradeceram o reconhecimento dos colegas ao trabalho da Administração Superior. "Agradeço a todos que assinaram a moção de reconhecimento e aqueles que, mesmo sem assiná-la, manifestaram apoio à nossa gestão. Isso nos abastece e nos serve de estímulo a continuar trabalhando", afirmou Fabíola Barros.

Grajaú

MPMA garante suspensão de procedimentos licitatórios

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu medida liminar, em 24 de dezembro, determinando que o Município de Grajaú se abstenha de realizar procedimentos licitatórios até o final do atual mandato, sem oferecer a devida publicidade prevista pela legislação.

A decisão acolhe pedido de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Carlos Róstão Martins Freitas, da Comarca de Grajaú. Assinou a decisão o juiz Hólídice Cantanhede Barros.

Em caso de descumprimento, está previsto o pagamento de multa diária no valor de R\$ 10 mil e a res-

ponsabilidade criminal do atual gestor.

Também foi solicitado que o atual prefeito e o presidente da Comissão Permanente de Licitação apresentem, no prazo de 48 horas, provas da divulgação e publicação dos editais das licitações, que ocorreriam no dia 24 de dezembro.

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública depois de receber denúncias de que a Prefeitura de Grajaú faria procedimentos licitatórios sem ter feito a publicidade dos editais.

O município de Grajaú fica localizado a 557km de São Luís.

Monção

Município é obrigado a pagar salários atrasados de servidores

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu, em 19 de dezembro, medida liminar, determinando o bloqueio de 60% dos recursos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Monção (localizado a 244km de São Luís), para o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais.

No prazo de 48 horas, o secretário de administração, chefe de setor pessoal ou chefe de gabinete da prefeitura deve apresentar a folha de pagamento de todos os servidores municipais cujos salários estão atrasados, para que o pagamento seja providenciado.

Ob bloqueio das contas deve se estender pelo prazo necessário para a regularização de todos os vencimentos.

A decisão acolhe solicitação de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Marco Antonio Santos Amorim, que responde pela Comarca de Monção. Assinou a decisão a juíza Clécia Pereira Monteiro.

Do mês de julho a outubro de 2012, os salários dos servidores municipais não foram pagos. Na ação, o promotor de justiça frisou que o município recebe regularmente os recursos do Governo Federal relativos ao FPM, Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Portanto, não existe razão para a inadimplência. "É evidente que o atraso decorre da má vontade da gestora de Monção", disse Marco Antonio Amorim.

Em caso de descumprimento, será imposta ao município uma multa diária no valor de R\$ 5 mil. Está prevista ainda uma multa de R\$ 2 mil por dia de atraso se o Banco do Brasil, responsável pelas contas de Monção, não providenciar o bloqueio, para garantir o pagamento dos servidores.

Atualmente, a prefeita do município é Paula Francinete da Silva Nascimento, que vai deixar o cargo em janeiro.

160 vagas

Anexo de Unidade Prisional de Imperatriz será inaugurado na sexta-feira

Será inaugurado, nesta sexta-feira (28), às 10 horas, o prédio anexo da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz. Com capacidade para 160 novas vagas, a obra faz parte da política de construção, ampliação, restauração e adaptação de unidades carcerárias da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A nova estrutura possui 30 celas, sendo cada uma com capacidade para oito internos. Do total, 10 serão destinadas para encontros íntimos e 20 aos apenados. De acordo com o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o novo prédio vai garantir a transferência de presos de São Luís para Imperatriz. "Com o anexo entregue, encarcerados de Imperatriz que estão na capital vão cumprir a pena na cidade onde seus familiares residem".

A transferência dos internos para a região de origem atende a Lei de Execução Penal (LEP) e cumpre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Sejap, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. "Nós vamos chegar ao final do ano com a abertura destas 160 vagas cumprindo o TAC", disse o secretário.

O superintendente de Execuções Penais do Interior, Afrânio Feitosa, contou que, com a inauguração do anexo da UPR de Imperatriz, o estabelecimento aumentará o total de vagas para 320. Para o superintendente de Justiça, Wellington Filho, com a unidade entregue, os presos que estão na delegacia da cidade, também, serão transferidos, diminuindo o problema. O superintendente antecipou, ainda, que, em breve, será inaugurado o presídio de Imperatriz, que terá 210 vagas.

O K do CNJ

O conselheiro Jefferson Kravchychyn do CNJ vai substituir o ministro Francisco Falcão no comando da Corregedoria Nacional de Justiça, neste Janeiro, para férias do linha dura. Dica do plantão: Jefferson K não é menos linha dura que ele.

Acesso (Virtual)

A ampliação dos canais de informação pela internet aproximou o cidadão da Justiça. O CNJ recebeu neste ano 110 demandas relacionadas à Lei n. 12.527/2011 – mais conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Caixa branca

A maior parte das manifestações foi para esclarecer dúvidas sobre o funcionamento da própria legislação e da aplicação dela no âmbito do Poder Judiciário.

MONÇÃO

Município é obrigado a pagar salários atrasados de servidores

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu, em 19 de dezembro, medida liminar, determinando o bloqueio de 60% dos recursos relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Monção (localizado a 244km de São Luís), para o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais.

No prazo de 48 horas, o secretário de administração, chefe de setor pessoal ou chefe de gabinete da prefeitura deve apresentar a folha de pagamento de todos os servidores municipais cujos salários estão atrasados, para que o pagamento seja providenciado.

O bloqueio das contas deve se estender pelo prazo necessário

para a regularização de todos os vencimentos.

A decisão acolhe solicitação de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Marco Antônio Santos Amorim, que responde pela Comarca de Monção. Assinou a decisão a juíza Clécia Pereira Monteiro.

Do mês de julho a outubro de 2012, os salários dos servidores municipais não foram pagos. Na ação, o promotor de justiça frisou que o município recebe regularmente os recursos do Governo Federal relativos ao FPM, Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Portanto, não existe razão para a inadimplência. “É evidente que o atraso decorre

da má vontade da gestora de Monção”, disse Marco Antônio Amorim.

Em caso de descumprimento, será imposta ao município uma multa diária no valor de R\$ 5 mil. Está prevista ainda uma multa de R\$ 2 mil por dia de atraso se o Banco do Brasil, responsável pelas contas de Monção, não providenciar o bloqueio, para garantir o pagamento dos servidores.

Atualmente, a prefeita do município é Paula Francinete da Silva Nascimento, que vai deixar o cargo em janeiro.

GRAJAÚ

MP garante suspensão de procedimentos licitatórios

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu medida liminar, em 24 de dezembro, determinando que o Município de Grajaú se abstenha de realizar procedimentos licitatórios até o final do atual mandato, sem oferecer a devida publicidade prevista pela legislação.

A decisão acolhe pedido de Ação Civil Pública proposta pelo promotor de justiça Carlos Róston Martins Freitas, da Comarca de Grajaú. Assinou a decisão o juiz Hólídice Cantanhede Barros.

Em caso de descumprimento, está previsto o pagamento de multa diária no valor de R\$ 10

mil e a responsabilidade criminal do atual gestor.

Também foi solicitado que o atual prefeito e o presidente da Comissão Permanente de Licitação apresentem, no prazo de 48 horas, provas da divulgação e publicação dos editais das licitações, que ocorreriam no dia 24 de dezembro.

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública depois de receber denúncias de que a Prefeitura de Grajaú faria procedimentos licitatórios sem ter feito a publicidade dos editais.

O município de Grajaú fica localizado a 557km de São Luís.

Anexo da Unidade Prisional de Imperatriz será inaugurado hoje

Será inaugurado, nesta sexta-feira (28), às 10h, o prédio anexo da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz. Com capacidade para 160 novas vagas, a obra faz parte da política de construção, ampliação, restauração e adaptação de unidades carcerárias da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A nova estrutura possui 30 celas, sendo cada uma com capacidade para oito internos. Do total, 10 serão destinadas para encontros íntimos e 20 aos apenados. De acordo com o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, o novo prédio vai garantir a transferência de presos de São Luís para Imperatriz. "Com o anexo entregue, encarcerados de Imperatriz que estão na capital vão cumprir a pena na cidade onde seus familiares residem."

A transferência dos internos para a região de origem atende a Lei de Execução Penal (LEP) e cumpre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Sejap, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. "Nós vamos chegar ao final do ano com a abertura destas 160 vagas cumprindo o TAC", disse o secretário.

O superintendente de Execuções Penais do Interior, Afrânio Feitosa, contou que, com a inauguração do anexo da UPR de Imperatriz, o estabelecimento aumentará o total de vagas para 320.

Supremo Tribunal tem ano atípico com três presidentes e maior julgamento da história

DA AGÊNCIA BRASIL

O ano de 2012 ficará marcado no STF (Supremo Tribunal Federal) como tempo de grande movimentação jurídica e administrativa. Foram três presidentes, duas aposentadorias e o maior julgamento já ocorrido na corte, o do mensalão. Em 53 sessões divididas entre quatro meses e meio, o Supremo julgou os 37 acusados de envolvimento no esquema e condenou 25 deles.

O julgamento da ação foi o assunto jurídico de maior repercussão em 2012, mas o STF pautou temas de impacto desde o início do ano. Foram questões que influenciaram a condução do próprio Judiciário e as áreas de política, proteção à mulher, saúde, educação e direitos individuais ou coletivos.

Logo na abertura do ano, em fevereiro, entrou em pauta a ação sobre os poderes de investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A questão causou polêmica ainda em 2011, quando o então presidente Cezar Peluso defendeu limites para o órgão, enquanto a corregedora-nacional de Justiça, Eliana Calmon, era favorável à liberdade do conselho na apuração de desvios cometidos por juízes. Por maioria de votos, o STF garantiu poderes mais amplos ao CNJ.

Com apenas uma semana de intervalo, a corte voltou a atrair atenções no julgamento de processo envolvendo a Lei Maria da Penha. Sancionada em 2006 para combater a violência doméstica, a norma não estava sendo efetiva

porque muitas vítimas desistiam de denunciar os companheiros. O STF decidiu que o Ministério Público pode prosseguir com a denúncia, mesmo contra a vontade da agredida. A corte também proibiu os juizados especiais, que atuam em pequenas causas, de julgar os crimes envolvendo a Lei Maria da Penha.

Ainda em fevereiro, o Supremo voltou a discutir a Lei da Ficha Limpa, garantindo a sua validade nas eleições municipais deste ano. A decisão também confirmou a aplicação da norma em situações que ocorreram antes de sua edição, em 2010. Quase dois meses depois, no último julgamento comandado por Cezar Peluso, a corte entendeu que o aborto de fetos anencéfalos não é crime.

Já sob a presidência de Carlos Ayres Britto, que assumiu em 19 de abril, o Supremo confirmou a validade das cotas raciais para o ingresso em universidades públicas. A educação voltou à pauta em maio, quando o STF garantiu a legalidade do ProUni (Programa Universidade para Todos).

Seguindo a tradição de proteção ao direito das minorias, o STF anulou vários títulos de propriedade na Bahia, que estavam localizadas dentro da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu. A defesa dos direitos individuais também orientou a decisão, que permitiu a liberdade provisória para presos por tráfico de drogas que ainda respondem a processo, anulando trecho da Lei Antidrogas, de 2006.

A política foi o tema das últimas sessões antes do julgamento do mensalão, em junho. Os ministros entenderam, por maioria, que os novos partidos têm direito a tempo maior de propaganda em rádio e TV, desde que tenham deputados federais em seus quadros. O caso envolvia a criação do PSD e acabou influenciando decisão posterior do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que reconheceu que a mesma regra do tempo de propaganda deve ser aplicada na distribuição de uma cota maior do Fundo Partidário.

Ayres Britto presidiu o STF até novembro deste ano, quando foi aposentado compulsoriamente ao completar 70 anos. No dia 22 de novembro, tomou posse Joaquim Barbosa, primeiro presidente negro do Supremo, que deverá permanecer no cargo pelos próximos dois anos. Relator do processo do mensalão, Barbosa se dividiu entre as duas funções até 17 de dezembro, quando o julgamento terminou.

No dia 29 de novembro, o então integrante do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro Teori Zavascki, assumiu a vaga deixada por Peluso. O substituto de Ayres Britto ainda não foi indicado pela presidente Dilma Rousseff.

Barbosa já adiantou que, no ano que vem, dará prioridade aos casos classificados como "repercussão geral". Quando há essa identificação, as decisões do STF devem ser aplicadas a todos os processos semelhantes em instâncias inferiores, desafiando a Justiça.